

Ainda Estou Aqui!

**Apontamentos para uma interpretação e análise do livro
“Geografia, pequena história crítica” de Antônio Carlos Robert
de Moraes. 1981 [2007]). Editora Anablume. São Paulo.¹**

*Apuntes para una interpretación y análisis del libro “Geografía,
pequeña historia crítica” de Antônio Carlos Robert de Moraes
(1981 [2007]). Editorial Anablume. São Paulo.*

Luis Carlos Tosta dos Reis¹⁰
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil
lctosta.reis@gmail.com

Akylla Cozer Chiabai Silva¹⁰
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil
akylla.ccs@gmail.com

RESUMO

O presente texto visa desenvolver uma interpretação do perfil e análise do livro “Geografia, Pequena História Crítica”, destacando preliminarmente considerações sobre o perfil mais geral da publicação e, em seguida, realizando uma análise de sua estrutura. A segunda parte do texto constitui uma reprodução do conteúdo de cada capítulo do livro, propondo uma sistematização que, sugere-se, o livro permite desenvolver; enquanto a primeira parte encerra uma apreciação dotada de maior autonomia interpretativa em relação aos argumentos formulados pelo próprio autor. Desse modo, o primeiro item do texto busca contribuir no sentido de fornecer uma interpretação do livro, apontando para um modo de pensar a relação entre a historiografia da disciplina e a discussão epistemológica; ao passo que o segundo item se concentra em propor uma análise da estrutura formal do livro.

PALAVRAS-CHAVE: resenha; Geografia, pequena história crítica; Antônio Carlos Robert Moraes.

RESUMEN

El presente texto busca desarrollar una interpretación del perfil y un análisis del libro “Geografía, Pequeña Historia Crítica”, destacando preliminarmente consideraciones sobre el perfil más general de la publicación y, posteriormente, realizando un análisis de su estructura. La segunda parte del texto constituye una reproducción del contenido de cada capítulo del libro, pro-

poniendo una sistematización que, se sugiere, el libro permite desarrollar; mientras que la primera parte presenta una apreciación dotada de mayor autonomía interpretativa con respecto a los argumentos formulados por el propio autor. De este modo, el primer apartado del texto busca contribuir proporcionando una interpretación del libro, señalando una forma de pensar la relación entre la historiografía de la disciplina y la discusión epistemológica; mientras que el segundo apartado se centra en proponer un análisis de la estructura formal del libro.

PALABRAS CLAVE: reseña; Geografía, pequeña historia crítica; Antônio Carlos Robert Moraes.

Considerações sobre o perfil do livro: a relação entre ciência, história e epistemologia

A princípio, no início da formação em qualquer ciência, já trazemos conosco um conceito (ou ideia) de *história* que, via de regra, é pressuposta e está muito fortemente sedimentada no nosso modo de pensar habitual: a história de uma ciência se constituiria através da descrição cronológica dos eventos mais marcantes que foram se sucedendo desde sua gênese até o momento atual. Esse modo habitual de concepção da *história* não é, dentro de certos limites, uma concepção errada. Contudo, ela é – também em certa medida – limitada, e por isso pode ser limitadora, sobretudo quando se tem em vista uma problematização (ou investigação) propriamente epistemológica da história de uma ciência.

Se bem observada, a concepção habitual que carregamos sobre o que é a história – em geral e, mais especificamente, a história de uma ciência específica – está articulada e fundamentada em uma representação comum que temos sobre o próprio tempo. Habitualmente, concebemos o tempo como “algo” que passa e o dividimos esquematicamente em três formas: o passado (tudo o que já passou), o presente (tudo o que está sendo “agora”) e o futuro (tudo o que irá ocorrer). Através desse modo de pensar habitual entendemos o tempo *cósmico*, o tempo *geológico*, o tempo *biológico*, o tempo *cotidiano* e, também, o tempo *histórico* (e *historiográfico*). É também através desse modo de conceber o tempo histórico que, de modo precipitado, pensamos que a história de uma ciência não é, não deve ser outra coisa senão a descrição “objetiva” (realista) e cronológica de uma série de “eventos” (principais autores, obras, etc). Isso não deixa de ser correto, mas, para uma perspectiva de problematização epistemológica é parcial, é limitado.

Por que isso se dá? Qual é a raiz desse modo habitual de concebemos o tempo como estritamente cronológico e, consequentemente, o tempo histórico também como *tempo histórico cronológico*? Reconhecer a causa dessa limitação é, em certa medida, de uma simplicidade desconcertante, a saber: as concepções habituais que trazemos sobre tempo histórico não resultam de uma reflexão sistemática da questão sobre o que seja o tempo (em geral) e, tampouco, de uma investigação de caráter teórico e filosófico sobre o tema. Ao contrário, via de regra, apenas reproduzimos representações habituais sobre o tempo histórico que são espontaneamente transmitidas de geração em geração, geralmente de forma *acrítica* e, por isso, raramente colocamos verdadeiramente em questão esse modo habitual de compreender o tempo. Assim, se não há uma elaboração (teórica/filosófica) *da questão* sobre o que seja o tempo (histórico), não haverá, por consegui-

te, uma investigação sistemática (teórica/filosófica) para a qual dedicar-se-ia, por exemplo, uma vida (acadêmica) de estudo sobre o assunto.

Do exposto acima, seria legítimo inquirir: mas afinal, há necessidade de questionar de modo sistemático o que seja o tempo em geral e, em particular o tempo histórico, para podermos compreender a história de uma ciência, no caso, a ciência geográfica através de uma via problematização epistemológica consequentemente? E, além disso, há a necessidade de questionar o modo habitual de pensar o que seja o tempo (e o tempo histórico) e dedicar uma vida de investigação sobre o assunto? Se existe essa necessidade, *quem* a atende? Isto é, quem assume o compromisso de investigar sistematicamente as concepções habituais sobre o tempo, ou mesmo sobre qualquer “dimensão” do que supomos constituir-se como sendo a “realidade”? Essas questões exigem respostas – e elas existem: no caso da civilização ocidental¹¹ é o *comportamento filosófico*, isto é, o filósofo, quem assume a tarefa de questionar o sentido (pressuposto) das coisas que *são*. Colocando-as efetivamente em questão, o filósofo dedica-se a uma investigação sistemática sobre a “natureza” (a “essência”) do que é a realidade e, através disso, libera, assume e desenvolve uma postura questionadora que contempla, em seu bojo, a pergunta sobre o que é o tempo.

As ciências ocidentais, desde a Antiguidade até as ciências modernas, são frutos intrínsecos do comportamento de questionamento de perfil filosófico, isto é, toda ciência moderna, de um modo ou de outro (explícita ou implicitamente), se constitui como uma reprodução do gesto que questiona o que “algo” em sua essência é, convertendo esse **“algo” como correlato ao seu objeto precípuo de investigação**. Nesse sentido, as ciências ocidentais modernas podem ser consideradas como um resultado do complexo processo de desdobramento do comportamento típico que a Filosofia gestou no mundo ocidental. Simultaneamente, o próprio modo como se efetiva o processo histórico de formação do mundo ocidental é igualmente tributário de resoluções filosóficas fundamentais sobre a “natureza” (essência) dos entes (“coisas”) em geral. Essas resoluções foram, em suas linhas diretivas mais gerais, originariamente articuladas no âmbito dos pensadores originários da Filosofia Ocidental na Antiguidade Grega, (como por exemplo Parmênides, Anaximandro e Heráclito); “desdobladas” pelos seus “sucessores” fundamentais (Platão, Aristóteles, etc), preservadas e moduladas por filósofos na Idade Média, (como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino); e rearticuladas mas ainda assim preservadas pelos cânones da Filosofia Moderna (Descartes, Kant, Hegel, Nietzsche, Marx, etc).

Apartir do que foi exposto, pode-se, ainda repor as seguintes objeções: seria preciso, de fato, adentrar *no âmbito do questionamento filosófico* para se desenvolver uma introdução à história de uma ciência, no caso, da Geografia Moderna? Os parágrafos acima não nos colocariam diante do desafio de escalarmos um verdadeiro “Himalaia” do pensamento filosófico, enquanto, por outro lado, parece que deveria ser o suficiente subir um simples degrau, relativamente muito mais restrito, “limitado” ao escopo da história da ciência geográfica? Aspirar apreender toda a carga enunciada acima e, portanto, nos embrenharmos no âmbito próprio da Filosofia não excede, em demasia, o nosso propósito – que é o de penetrarmos nos elementos básicos da história da Geografia e não da Filosofia? E, por fim, o autor do livro “*Geografia, pequena história crítica*”, teria *ele* “escalado” o “Himalaia Filosófico” apontado no parágrafo precedente?

As respostas a essas questões são, inevitavelmente, ambíguas, mas não por ausência de rigor, e sim porque envolvem, de fato, um pouco de “sim” e um pouco de “não”. Se por um lado não é preciso ter como *foco principal* a incursão na história da Filosofia *per si*, relegando ao segundo plano a ciência geográfica; por outro lado, é absolutamente impossível compreender os fundamentos teóricos e conceituais da Geografia Moderna – aspecto que envolve a formação epistemológica de um geógrafo – sem uma intersecção direta com a formação filosófica, isto, pois, como será sugerido no que segue, as formulações “epistemologia da Geografia” e “filosofia da Geografia” são, ao menos contemporaneamente, noções intercambiáveis, na medida mesma em que a questão fundamental da epistemologia da Geografia, a saber, “O que é Geografia?”, questiona o que a essência da ciência geográfica é, ou seja, trata-se de uma questão de natureza precipuamente filosófica, dirigida ao campo da produção do conhecimento (moderno) designado *Geografia*.

Dentro dessa perspectiva torna-se evidente a relação intrínseca que existiria entre as ciências particulares e o pensamento filosófico em geral, sem que com isso deixemos de ter como foco a formação na ciência geográfica. A aproximação com a Filosofia não deveria ser interpretada, desse modo, como um *mergulho “profundo e sem fim”* na formação filosófica, mas, a princípio, apenas como “braçadas” discretas, de preferência sem a afetação acadêmico-intelectualista, de modo a podermos conquistar um “âmbito” muito peculiar de nossa formação como Geógrafo. Trata-se do “âmbito” que envolve a contribuição de obras produzidas por geógrafos e geógrafas centrais para o debate teórico de nossa ciência, tais como Milton Santos, Doreen Massey, Paul Claval, Maria Adélia L. de Souza, David Harvey, Anne Buttimer;

Yi-fu Tuan, Paulo Cesar Gomes, Roberto Lobato Corrêa, dentre outros. Essa aproximação pode ser fundamental para a formação teórica do geógrafo, constituindo um componente importante que o estudante neófito na graduação em Geografia, o pesquisador ou professor poderá carregar consigo, independentemente da área em que venha a exercer sua atividade como geógrafo. Mas, também, pode ocorrer que essa aproximação não se verifique, por falta de afinidade com esse âmbito da formação científica em geografia – isso não é impeditivo que se exerça de modo responsável a ciência geográfica, mas haverá como ônus uma consequência inevitável: a ausência de uma base epistemológica mais sólida.

Depois das digressões acima, que já se estenderam bastante, cabe retornar ao propósito desse texto, isto é, cabe rearticular nossa reflexão com a análise do perfil do livro *“Geografia, Pequena história crítica”*. Ficou em aberto uma questão, a saber: se, por exemplo, o autor desse livro, Antônio Carlos Robert de Moraes, teria ele mesmo escalado ou não o “Himalaia” que constitui a tradição da Filosofia Ocidental para se dedicar à investigação da História do Pensamento Geográfico? Sugere-se que através da resposta a essa pergunta, torna-se possível trazer à tona o elemento central desse momento de nossa reflexão, qual seja, o elemento que diz respeito à relação entre uma ciência particular (a Geografia) e a Filosofia, relação essa que se efetiva no cerne mesmo da reflexão sobre a epistemologia da ciência geográfica.

A resposta é cabal: Não! O autor do referido livro **não** precisou, absolutamente, passar em revista a tradição da Filosofia Ocidental para superar o modo habitual e cotidiano de pensar a história e o tempo histórico (meramente como a sucessão cronológica dos eventos) que redundaria na mera descrição da história da ciência geográfica, limitada à apresentação cronológica e (pretensamente) objetiva dos principais eventos que afetaram e conduziram a formação e o desenvolvimento da referida ciência. Contudo – e aqui reside, sugere-se, o dado decisivo deste item da **resenha** do livro: ele recorreu a um “método de interpretação” (*uma filiação filosófica*) que, em certa medida, dispôs isso para ele: o *materialismo histórico e dialético* desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels^{III}.

Essa “corrente filosófica” possui, ela própria, como qualquer outra grande vertente do pensamento filosófico, uma posição de ampla envergadura frente a tradição do pensamento ocidental. Essa posição se traduz, por sua vez, em resoluções de base que aspiram corresponder ao princípio de fundamentação da realidade em sua integralidade. Dessa forma, o “materialismo histórico e dialético” constituiu, para Antônio Carlos Robert Moraes, a

fonte diretriz que permitiu a elaboração de uma perspectiva de problematização epistemológica específica - e claramente orientada - em sintonia com as coordenadas fundamentais de uma vertente da tradição filosófica. Nesse sentido, o autor do livro não descreve de modo meramente objetivo a sucessão dos “eventos” que se verificaram ao longo do tempo cronológico na instituição chamada ciência geográfica, mas, de modo diverso, parte de diretrizes filosóficas que fundamentam uma interpretação da realidade em sua integralidade, diretrizes estabelecidas no materialismo histórico e dialético sobre o que é o tempo, a história, o homem, a natureza, enfim, a “totalidade”, etc. Através dessas diretrizes, o autor se valeu da possibilidade de fomentar uma perspectiva de investigação que possibilitou a problematização de aspectos da história da ciência geográfica, notadamente aqueles aspectos que se articulam com atributos da realidade que para o materialismo histórico e dialético são considerados fundamentais.

De modo conciso, o princípio de fundamentação da realidade para o materialismo histórico e dialético assenta-se no entendimento de que a realidade, em sua integralidade, fundamenta-se na lógica da *produção social* em sentido amplo. À questão filosófica fundamental, a saber: *O que é o “real”?* o materialismo histórico e dialético responde: o “real” é *socialmente produzido*. Assim, a produção social constituiria, de acordo com o pensamento marxista, o princípio estruturante da realidade, a fonte de tudo o que é, *de tudo o que pode ser e vir a ser*. Esse princípio é a “bússola” que dirige e articula os demais elementos do materialismo histórico e dialético (toda a sua gigantesca conceptualidade), como *método de interpretação* do real; ele fornece o “norte” através do qual o autor do livro “*Geografia, pequena história crítica*” não se limita a “descrever” a cronologia dos eventos marcantes da história do pensamento geográfico, mas (re)conduz a historiografia da ciência geográfica à uma perspectiva de problematização epistemológica que (re)des-cobre *tudo* o que pôde ser investigado sob um prisma direcionador, qual seja: a *produção social* como princípio de estruturação (lógica) de toda a realidade.

Foi através dessa “lógica” que o autor do referido livro revisou a historiografia da ciência geográfica, assim ele compreendeu e (re)viu os problemas da definição do objeto da geografia ao longo da história dessa ciência. É também por meio dessa diretriz que Antônio Carlos Robert Moraes considera o dilema da discussão sobre o objeto da Geografia através dos principais eixos de proposições formulados na fase tradicional da disciplina (que será qualificada mais adiante), em linhas gerais tributários de uma filiação preva-

lente, embora não exclusiva, à filosofia *Positivista*; bem como reconhece a vigência do mesmo dilema no bojo das proposições sobre o objeto da disciplina veiculadas pelos principais paradigmas através dos quais o movimento de renovação da disciplina (que emergiu de forma saliente na década de 1970) se efetivou – seguindo a terminologia empregada pelo autor: a via da Geografia Pragmática (precipuamente debitária da filosofia neopositivista); e a via da Geografia Crítica (cuja pluralidade de filiações não deixa de revelar o caráter sobremodo saliente da filiação ao pensamento marxista, ele próprio dotado de várias modulações internas). Enfim, é através da referida diretriz que autor do livro expõe de modo tão sintético quanto arguto a contribuições de geógrafos expoentes da Geografia Crítica, tais como, por exemplo, a obra de Milton Santos, destacando a proposição deste último acerca do objeto da Geografia, o espaço geográfico (a “realidade geográfica”) enquanto uma dimensão (manifestação) da produção social da realidade.

Dessa forma, para apresentar a história da ciência geográfica, nestes termos, o autor de *Geografia, pequena história crítica* recorreu a uma base filosófica que desempenhou o papel de método de interpretação da realidade. Para fazer isso ele se dedicou, sem dúvida, de forma sistemática e aprofundada ao estudo do *materialismo histórico e dialético* – e não da Filosofia Ocidental em geral (de forma indistinta...). Destaque-se, nesse sentido, que no capítulo reservado exclusivamente ao debate sobre o objeto da Geografia, a posição (ou saldo final do debate conduzido neste capítulo), marcada de forma indelével pela filiação ao pensamento crítico-marxista, não é considerada por Antônio Carlos Robert Moraes, de forma alguma, como “parâmetro de verdade” normativo, mas ao contrário, revela-se claramente como fruto de uma orientação assumida por ele – para quem importou destacar de modo saliente que essa posição não exclui, em absoluto, outras possibilidades de problematização do assunto. Ou seja, o autor expõe de forma clara a consciência segundo a qual existem perspectivas diversas de problematização epistemológica da história da Geografia que, se filiadas a outros “sistemas filosóficos” (à *Filosofia Analítica*, ao *Idealismo*, à *Fenomenologia*, ao *Positivismo*; etc), irão revelar outros aspectos da história do pensamento Geográfico^{IV}.

Aqui cabe uma observação que antecipa, em certa medida, atributos da análise da estrutura que vai ser desenvolvida no próximo item: é, sobre tudo, a filiação do autor ao pensamento marxista que explica o “tom” agudamente crítico e incisivo da análise por ele desenvolvida em relação às proposições acerca do objeto da *Geografia Tradicional* (seus principais au-

tores e obras) e da *Geografia Pragmática*: na medida em que a *Geografia Tradicional* e a *Geografia Pragmática* são concepções da ciência geográfica que se desenvolveram, respectivamente – e em linhas gerais – a partir de uma filiação ao *Positivismo* (*Geografia Tradicional*) e ao *Neo-positivismo* (*Geografia Pragmática*), necessariamente, um teórico da geografia filiado ao materialismo histórico e dialético marxista irá, sobretudo, criticar de forma aguda as concepções e propostas da ciência geográfica que foram desenvolvidas por “sistemas filosóficos” não somente diferentes, mas, em grande medida, divergentes no que se refere às resoluções de base mais fundamentais. Dessa forma, a “crítica” que Antônio Carlos Robert Moraes dirige às obras e aos autores da *Geografia Tradicional* não reflete apenas o fato de que as formulações desenvolvidas no bojo desses paradigmas se tornaram “ultrapassadas” no decorrer do tempo histórico-cronológico, mas, reflete, sobretudo, a confrontação de métodos de interpretação da realidade (filosofia[s]) divergentes.

Para encaminhar o desfecho desse primeiro item do texto, observou-se pertinente ressaltar que, em consonância aos propósitos da resenha de um livro marcadamente influenciado por uma filiação filosófica mais estrita, deveria ser destacado o caráter profícuo que se revela, sobretudo, nas várias possibilidades de problematização (epistemológica) com a qual a história de uma ciência se oferece à análise e – não obstante se reconheça de antemão o caráter polêmico do argumento que se segue – o fato do autor do livro objeto de análise ser filiado à corrente da *Geografia Crítica*, precipuamente fundamentada no “materialismo histórico e dialético”, deve ser nestes termos ponderado: em última instância o que entrevemos como mais fundamental é que seja visto o vínculo (nexo) entre produção teórica em uma ciência específica (no caso, a Geografia), e a(s) matriz(es) de fundamentação filosófica(s) que, por óbvio, poderia ser uma outra, cuja análise também se revelaria profícuia à formação em Geografia desde que permitisse conduzir o exame do *nexo* entre o debate teórico-metodológico de uma ciência (epistemologia interna de um campo disciplinar), no caso, a Geografia e a Filosofia. Para tanto a coerência interna do modo com o qual o referido livro encampa uma *via de problematização epistemológica* é exemplar. Nesse sentido, a análise do livro do Antônio Carlos Robert de Moraes destaca-se como “estudo de caso” fecundo para esse propósito, em grande medida, porque ele é um livro que possui características adequadas para o “exercício” epistemológico de caráter introdutório proposto no presente texto: é um livro *sintético* e dotado de qualidade amplamente reconhecida no contexto da pesquisa

brasileira sobre o tema, por mais que a posição assumida pelo autor não constitua, evidentemente, consenso sobre o que é a Geografia e como se deva problematizar a história dessa ciência. Mas isso (a falta de consenso sobre a “natureza” da Geografia) não constitui, como o próprio autor advertiu no capítulo 2 (que será destacado no próximo item do texto), de modo algum uma deficiência particular da ciência geográfica, mas, ao contrário, encerra uma característica da produção científica em diversos campos de investigação, que, é importante ressaltar, tornou-se marcante no debate teórico-metodológico contemporâneo das ciências modernas.

Com base nas considerações e advertências acima, cabe, no que segue, expor uma análise da estrutura do livro, que, antecipe-se, não tem em vista reproduzir de maneira dilatada, através do recurso de citações diretas, os argumentos contidos em cada capítulo, o que seria um direcionamento pouco producente, sobretudo em função da capacidade de síntese e densidade da escrita do autor do livro. Trata-se, ao invés disso, tão somente de pontuar através de breves indicações o conteúdo básico dos capítulos – a única exceção se verificando em relação ao conteúdo do capítulo 2, no qual o autor traz expressamente à tona sua posição no que concerne à questão dilemática sobre o objeto da Geografia, o que, sugere-se, assume uma relevância diretamente convergente aos propósitos do presente texto, qual seja: enfatizar a centralidade da relação entre a esfera da discussão epistemológica numa ciência particular em seu nexo estreito com as matrizes filosóficas. Segue-se, nestes termos, o próximo item com o propósito principal de oferecer uma sistematização da estrutura do livro que permita uma visão panorâmica e possa, nestes termos, auxiliar sua leitura.

Geografia, Pequena História Crítica: análise da estrutura do livro

Análise é, por definição, um exercício de segmentação, de distinção, de depuração de elementos internos de um conjunto ou *estrutura*. Dessa forma, uma primeira questão para a análise da estrutura do livro pode ser exposta diretamente, nos seguintes termos: é possível segmentar os capítulos do livro “*Geografia, pequena história crítica*”, agrupando-os em ‘categorias’ dotadas de um caráter de problematização convergente? A resposta é afirmativa e, desse modo, sugere-se como sendo pertinente uma primeira segmentação do livro em dois agrupamentos de capítulos:

1º – Os capítulos 1 – 8 tratam da *Geografia Tradicional*^N. Dentro desse grupo é importante, ainda, realizar uma subdivisão interna, a saber, entre os capítulos 1 ao 4 (que incidem, cada qual, sobre um elemento passível

de ser considerado de modo relativamente autônomo) e os capítulos 5 ao 8 (que são dedicados ao esquadriamento dos principais expoentes e respectivos paradigmas da *Geografia Tradicional*).

2º – Os capítulos 9 – 11, por sua vez, tratam do *Movimento de Renovação da Geografia*. São, portanto, capítulos que se dedicam à análise de um processo que suscitou uma nova “forma” de produção do conhecimento na ciência geográfica que, em se efetivando, tornou os modos precedentes de realização da pesquisa geográfica “tradicionais”.

De fundamental importância é observar que o próprio livro “*Geografia, pequena história crítica*” é filiado a um paradigma da renovação da ciência geográfica, a saber, à *Geografia Crítica*, que é considerado no capítulo 11, portanto, praticamente no último capítulo do livro; não obstante, o perfil da *Geografia Crítica* enquanto paradigma dessa disciplina atravesse a integridade da análise de cada capítulo do livro. Essa observação é indispensável para auxiliar a leitura do livro, pois, na medida em que uma das principais matrizes filosóficas que *fundamentam a Geografia Crítica* é o *materialismo histórico e dialético marxista*, toda a análise que o autor desenvolve ao longo do livro atribui uma centralidade explicativa de fundamental importância à relação entre a história (“produção histórica” *lato sensu*) e a produção do conhecimento (ciência). Por conseguinte, o foco das reflexões do autor incidirá, sobretudo, no âmbito da constituição da época moderna e, respectivamente, da Geografia como ciência moderna.

Dessa forma, o foco da problematização epistemológica do autor assenta-se, basicamente, na relação entre a constituição desta ciência moderna e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, exceção feita, por óbvio, quando o autor considera, de modo breve, o largo período histórico que abrange às origens do conhecimento geográfico que, no Ocidente, remete da Antiguidade Grega até o período que antecede gênese da Geografia como ciência moderna. Assim, o surgimento da *Geografia moderna* é considerado como indissociável da historicidade do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa, com as especificidades que, em cada país (por exemplo, Alemanha e França), justificaram e promoveram o surgimento e o desenvolvimento da ciência geográfica moderna. Mais adiante cabe retornar à consideração das consequências da filiação do autor do livro ao paradigma da *Geografia Crítica* até então brevemente assinalada.

Desdobrando a proposta de análise da estrutura formal do livro, conforme indicado, cabe aprofundar a análise no interior da primeira segmentação referida acima. Assim, no primeiro grupo de capítulos (1 – 8) os capítulos 1,

2, 3 e 4 se distinguem por se debruçarem sobre tópicos, não obstante indispensáveis ao plano geral do livro, passíveis de um tratamento relativamente autônomo em relação aos capítulos restantes (5, 6, 7 e 8). De fato, os capítulos 5 ao 8 podem ser agrupados porquanto cada um deles é dedicado à qualificação dos *principais paradigmas* e autores da fase da *Geografia Tradicional*. Os capítulos anteriores (1 – 4), por outro lado, ainda que se concentrem predominantemente em assuntos característicos da fase da *Geografia Tradicional*, tratam de atributos epistemológicos específicos que envolvem a gênese e constituição da ciência geográfica, como será observado abaixo.

Sobre os capítulos de 1 a 4 – Das Proposições sobre o Objeto e Filiação filosófica prevalente aos Condicionantes históricos e Expoentes da Sistematização da Geografia

O capítulo 1, é dedicado à crítica das principais propostas de definição do objeto no âmbito da *Geografia Tradicional*. Na medida em que o livro é expressamente filiado à *Geografia Crítica*, um paradigma que, de modo prevalente, embora não exclusivo, procurou fundamentação no *materialismo histórico e dialético-marxista*, a análise que o autor faz das principais proposições acerca do objeto da geografia na fase da *Geografia Tradicional* é, fundamentalmente, crítica, sobretudo às repercussões de caráter político e social das definições do objeto da geografia em sua fase Tradicional. São seis (6) as acepções do objeto da Geografia revistas sob um perfil fundamentalmente crítico pelo autor, como encerrando as mais “representativas” da *Geografia Tradicional*: (i) A Geografia como o estudo da **superfície terrestre**; (ii) A Geografia como o estudo da **paisagem**; (iii) A Geografia como o estudo da **individualidade dos lugares** (uma proposição que contém em germe o que viria a se concretizar na forma “clássica” da *Geografia Regional*); (iv) a Geografia como o estudo da **diferenciação das áreas**. Essa proposta se caracterizou, dentre outros atributos, sobretudo por trazer uma perspectiva comparativa à fase da Geografia Tradicional, na medida em que buscava, através da análise geográfica de casos (áreas/regiões) particulares, compará-los: “*Destá forma a explicação é buscada acima (se bem que por intermédio) dos casos singulares*” (MORAES, 2007, p. 33). Assim, essa via destaca-se por ser mais generalizadora e explicativa no âmbito da fase da *Geografia Tradicional*; (v) a Geografia como o estudo do **espaço**^{VI}; (vi) a Geografia como estudo das **relações entre o homem e o meio** (ou, entre a sociedade e a natureza). A propósito, o autor destaca que, sob essa acepção do objeto da geografia, é possível identificar três “modulações” distintas: 1- as abordagens que irão

focalizar as influências (ação do meio) da natureza sobre o desenvolvimento da humanidade (homens e sociedades); 2 – as abordagens que irão destacar o papel primordial da ação do homem na transformação do meio (natureza), invertendo o sentido da modulação precedente; e, por fim; 3 – por uma via que irá entender o objeto da Geografia como a relação *em si*, entre o homem (sociedade) e o meio (a natureza); assim, caberia ao estudo geográfico “compreender o estabelecimento, a manutenção e a ruptura do equilíbrio (da relação) entre o homem e a natureza” (MORAES, 2007, p. 35).

O capítulo 2 intitulado “*O Positivismo como fundamento da Geografia Tradicional*”, cujo cerne concentra-se na análise de três máximas da Filosofia Positivista que o autor destaca como sendo aquelas que de forma mais contundente revelam a filiação predominante da *Geografia Tradicional* ao *Positivismo*, quais sejam: (i) “*A Geografia é uma ciência empírica, pautada na observação*” (MORAES, 2007, p. 39); (ii) “*A Geografia é uma ciência de contato entre o domínio das ciências humanas e o das ciências naturais*” (MORAES, 2007, p. 40); e, (iii) “*A Geografia é uma ciência de síntese*” (MORAES, 2007, p. 41). O autor faz uma revisão apreciação contundente sobre os limites destas máximas positivistas e o teor crítico de sua análise reflete, ao fim e ao cabo, a interpretação da história do pensamento geográfico em sua fase tradicional esposada pelo autor a partir de sua vinculação à vertente da Geografia Crítica, tributária de uma filiação filosófica radicalmente diversa ao *Positivismo*, a saber, o materialismo histórico e dialético. Sob esse direcionamento interpretativo calcado no pensamento marxista o autor reclama, em sua revisão, uma leitura sobretudo crítica à influência do *Positivismo* como fundamento predominante da *Geografia Tradicional*. Além da análise crítica mais detida das máximas positivistas, o autor também passa criticamente em revista outros aspectos da influência do *Positivismo* sobre a *Geografia Tradicional* destacando-se, por exemplo, sua crítica mais concisa sobre os “princípios” positivistas que fundamentam a proposição de objeto geográfico ligado aos paradigmas da Geografia Tradicional.

Contudo, não obstante a patente contraposição, Antônio Carlos Robert Moraes termina o capítulo com uma apreciação mais ponderada. Vale destacar, nesse sentido, alguns traços básicos de seus argumentos que, em certa medida, relativizam o caráter de sua apreciação sobre a influência negativa do *Positivismo* transmitida à *Geografia Tradicional*, registrando o que pode ser retido enquanto “saldo positivo” dessa influência, notadamente no que concerne à delimitação do objeto de estudo da disciplina. Essa ponderação revela-se patente quando é considerado o principal legado da influência do *Posi-*

tivismo, qual seja: a constituição de um “*temário geral*” (isto é, um conjunto de temas) que fornece uma delimitação, ainda que imprecisa, do que se deve considerar como sendo próprio (característico) ao conhecimento geográfico na fase da *Geografia Tradicional*. Assim, o autor registra que, a despeito das duras críticas, sob a influência do *Positivismo* se estabelece na disciplina:

“... um **temário geral**, ao qual se associa a designação de Geografia [em sua fase Tradicional]. Isto só facilita em parte a tarefa de definir esta disciplina, pois fornece uma indicação genérica e implícita da matéria por ela tratada. (...). O temário realiza a circunscrição mais abrangente do domínio do conhecimento geográfico. É ele que, apesar de constituído no período da **Geografia Tradicional**, é mantido pelo movimento renovador, criando um elo entre os produtos destes dois pensamentos. Entretanto, ..., ele é implícito. (...). Assim, sua fluidez [ou a abrangência excessiva dos temas e assuntos que abarca] **não lhe permite ser a definição do objeto em si**. [...]” (MORAES, 2007, p. 45. Grifos nossos).

“Pelo temário geral da Geografia [fase Tradicional sob sua filiação filosófica prevalente ao **Positivismo**] esta disciplina discute os fatos referentes ao espaço e, mais, a um espaço concreto finito e delimitável – a superfície terrestre. Só será geográfico um estudo que aborde a forma, ou a formação, ou a dinâmica (...), ou a organização, ou a transformação do espaço terrestre. Qualquer tentativa de explicitar ou precisar estes enunciados redundaria em “mais uma definição formal”, que limitaria a generalidade e a vaguidade do temário, à custa de uma proposta parcial, que deixaria de lado algumas perspectivas. Seria vã toda tentativa de buscar um consenso [sobre a definição do objeto da Geografia], que não fosse vago. **A impossibilidade de existir um conteúdo consensual na Geografia está no fato de o temário geral** se substantivar em propostas apoiadas em concepções de mundo [filiações filosóficas]; [...] e em posicionamentos sociais diversificados, e muitas vezes antagônicas. **As várias definições do objeto geográfico refletem (e refletirão sempre) o temário geral, filtrado à luz de posicionamentos sociais (políticos, ideológicos e científicos) diferenciados.** Só através do mito da ciência asséptica [debitário do mito da neutralidade científica], seria possível pensar uma definição do objeto [da geografia que pudesse ser] consensual. Sendo a sociedade [moderna constituída] de classes [sociais distintas], logo conflituosa, e sendo as ciências expressões dessa sociedade, como esperar que nelas reine a harmonia [ou o consenso]?” (MORAES, 2007, p. 45 - 46. Grifos nossos).

“Os métodos de interpretação [enquanto correlatos de “filiações filosóficas”] **expressam posicionamentos sociais, ao nível da ciência. A existência da diversidade metodológica expressa o conflito, que reina numa sociedade de classes.** [...]. A Geografia, aceitando-se este rótulo como o que nomina os estudos abarcados pelo temário geral [...], **sendo também uma emanção da prática social, não escapa a este quadro. Toda tentativa de definir o objeto geográfico, que não leve em conta esta realidade, é dissimuladora, ideológica.** As diferenciadas propostas [de definição do que é a Geografia e seu objeto de estudo] **veicularão sempre** conteúdos e interesses de classes. Sendo a estrutura de

classes [sociais] contraditória, as propostas serão necessariamente antagônicas” (MORAES, 2007, p. 46. Grifos nossos).

“Frente a estas razões, a pergunta – o que é Geografia? – adquire uma conotação nova. Escapa-se do plano da abstração quando se aceita que existem tantas Geografias quantos forem os métodos de interpretação [leia-se, filiações ou matrizes filosóficas]. E mais, que Geografia é [a princípio] apenas um rótulo, referido a um temário geral [conjunto de temas]. E que este [temário geral] só se substantiva através de propostas orientadas por métodos, que expressam posicionamentos sociais. Assim, o que é Geografia dependerá da postura política, do engajamento social, de quem faz Geografia. Assim, existirão tantas Geografias, quantos forem os posicionamentos sociais existentes” (MORAES, 2007, p. 46 - 47. Grifos nossos).

Cabe retornar, após o exame mais detido desenvolvido acima sobre aspectos centrais da discussão contida no capítulo 2 do livro, à exposição mais pontual dos demais capítulos que compõem a publicação. Segue-se, **no capítulo 3**, o exame do período histórico amplíssimo, que remete à gênese do conhecimento geográfico na Antiguidade Grega (século IV a.c) até a fase de sistematização do conhecimento geográfico como ciência moderna. O cerne do conteúdo crítico da análise irá, então, incidir na apreensão do próprio processo de gestação dos condicionantes históricos que fomentaram o surgimento ulterior do conhecimento geográfico como ciência moderna. Trata-se, basicamente, de uma análise que condensa uma série dos principais condicionantes históricos associados, por um lado, às **Forças Produtivas** que conduziram à gênese e evolução do modo de produção capitalista e, por outro lado, à dimensão **Ideológica** da constituição do modo de produção capitalista. Ou seja, o direcionamento de sua interpretação da história se efetiva através do recurso e operacionalização do acervo categorial claramente calcado no pensamento marxista. No que se refere ao primeiro grupo, o autor destaca 3 condicionantes: (i) *O conhecimento efetivo da extensão real do planeta (que se inicia com as “grandes navegações”)*, que encerra um elemento-chave para a transição do Feudalismo para o Capitalismo, e uma exigência para o desenvolvimento desse modo de produção em sua própria lógica interna de reprodução; (ii) *A existência de um repositório de informações sobre os mais diversos lugares da Terra*; outra exigência indispensável à lógica de exploração e acumulação capitalista que favoreceu diretamente à legitimação e sistematização do conhecimento geográfico; (iii) *Aprimoramento das técnicas cartográficas e de impressão*, mais uma necessidade imposta pela expansão do capitalismo, que também influenciou diretamente na ampliação e legitimação da produção do conhecimento geográfico.

Por fim, Antônio Carlos Robert Moraes destaca 4 condicionantes associados à dimensão *ideológica* do Capitalismo que se constituíram como pressupostos diretamente relacionados à sistematização ulterior da ciência geográfica: (i) a discussão da Filosofia no contexto do século XVIII – através das principais correntes filosóficas (racionalismo, idealismo, etc) deste século, que propuseram explicações abrangentes e formularam sistemas para a compreensão “lógica-racional” de todos os fenômenos do real (entre eles, aqueles diretamente relacionados a assuntos de caráter geográfico); (ii) as formulações dos pensadores políticos do Iluminismo (Rousseau; Montesquieu, etc); sobre assuntos que interessavam à ideologia do Capitalismo (o Estado Moderno; as formas de gestão e representação dos territórios do Estado; a relação entre as sociedades e o meio (a natureza), e constituíam temas precípua mente geográficos; (iii) os trabalhos da Economia Política (Adam Smith; T. Malthus, etc), que também abordaram assuntos indispensáveis à expansão do capitalismo ao tempo que promoveram uma valorização de temas geográficos (a produtividade natural do solo; a distribuição dos recursos minerais; o aumento e a distribuição da população, etc); e (iv) as Teorias do Evolucionismo (Darwin; Lamarck; Haeckel), na medida em que suas formulações dão “*um lugar de destaque, em sua explicação, ao papel desempenhado pelas condições ambientais; na evolução das espécies, a adaptação ao meio seria um dos processos fundamentais*” (MORAES, 2007, p. 55-56) – o que confluí e, também, valoriza uma miríade de assuntos caros ao conhecimento geográfico.

O autor conclui o capítulo 3 com uma reflexão sintética sobre o significado dos pressupostos históricos que fomentaram a sistematização do conhecimento geográfico sob a forma de uma Geografia Moderna. Em essência, o autor reafirma a vinculação entre as condições associadas ao processo de “formação, avanço e domínio das relações capitalistas” que convergiam, diretamente, para a valorização dos assuntos de caráter geográfico e, assim, favoreceram ulteriormente à *sistematização* da Geografia como ciência moderna.

O **capítulo 4** é dedicado à análise da gênese (processo de sistematização) da Geografia Moderna, com destaque para o significado de fundamental importância exercido, nesse sentido, pelas obras de Alexandre von Humboldt e Karl Ritter, considerados pais fundadores da Geografia como ciência moderna. Neste capítulo o autor enfatiza a relação direta entre a particularidade da situação histórica da Alemanha, no início do século XIX, e a sistematização da Geografia enquanto ciência, nesse período e nesse “país”

submetido ao processo de sua formação como Estado Moderno Capitalista. Em essência, o autor ressalta a confluência que se verificou entre, por um lado, a sistematização da Geografia enquanto ciência moderna no bojo das obras de Humboldt e Ritter e a particularidade do modo com o qual se deu o desenvolvimento do capitalismo na “Alemanha” a partir do início do Século XIX, que se efetivou através de uma modulação peculiar de gestação do capitalismo, a saber, um “feudalismo modernizado”, isto é, um “relativo desenvolvimento do capitalismo” promovido por “*agentes sociais próprios do feudalismo [...] uma transformação econômica, que se opera sem alterar a estrutura de poder [política] existente*” (MORAES, 2007, p. 59). O capítulo é concluído através de uma síntese do perfil das obras desses autores, historicamente reconhecidos como os “pais” da sistematização da Geografia como ciência moderna, relacionando às referidas obras ao contexto histórico da constituição da Alemanha como Estado moderno; destacando as principais diferenças e semelhanças entre as obras de Humboldt e Ritter e, por fim, sublinhando o legado absolutamente fundamental desses autores para todo o desenvolvimento posterior da Geografia como ciência moderna.

Sobre os capítulos de 5 a 8 – Principais Exponentes e Paradigmas da Geografia Tradicional

Dando sequência ao encadeamento de leitura dos capítulos que abarcam a fase da Geografia Tradicional, destaca-se **capítulo 5** reservado à apresentação da proposição de objeto e método geográfico elaborado por Friedrich Ratzel. O autor discorre sobre a fina associação entre o processo de unificação do Estado Alemão, sob a égide da Prússia no último quartel do séc. XIX e os postulados, temas e princípios veiculados pela obra de Ratzel, destacando a influência de sua obra no desdobramento do paradigma *determinista* na Geografia. Essa corrente teórico-metodológica, *derivação* da obra de Ratzel, é sobretudo marcada pela ideia de que as condições naturais determinam de forma decisiva as ações humanas, sendo, submetida ao escrutínio crítico que permeia todo o livro. O conteúdo ideológico das proposições teórico-metodológicas e conceitos contidos no bojo da obra de Ratzel e seus desdobramentos na formação da corrente que foi qualificada sob o rótulo de *determinismo geográfico* constitui o cerne da crítica que o autor desdobra em vários elementos ao longo do capítulo.

O **capítulo 6**, por sua vez, aborda criticamente a proposição de objeto e método geográfico elaborado por Vidal de La Blache. Nesse contexto, destaca-se que o paradigma *possibilista* deriva diretamente da influência da

obra de Vidal de la Blache, sendo este responsável por uma orientação teórico-metodológica que, em certa medida, se contrapõe formalmente ao *determinismo derivado* (ou inspirado) da obra ratzeliana.

O *possibilismo* teria introduzido uma visão que reconhece o papel das condições naturais, enfatizando as possibilidades da ação humana diante delas, configurando uma mudança **sensível, não obstante restrita ao plano formal, no que concerne à interpretação da relação homem/sociedade e meio/natureza**, no pensamento geográfico tradicional, **isto, pois, ainda passa ao largo do significado absolutamente central da produção social (trabalho em sentido amplo), como fundamento da referida relação.**

Como no capítulo precedente, dedicado a análise da obra de Ratzel, também o cerne da crítica desenvolvida em relação à obra de Vidal de la Blache desdobrada no capítulo 6 irá incidir sobre o seu conteúdo de classe ideológico, veiculado pelos princípios e formulações conceituais, e agravado, por sua vez, pelo caráter dissimulado de evocação do mito de uma ciência moderna asséptica e objetiva, que deveria, nesses termos, requisitar a apariência de passar deliberadamente ao largo dos interesses políticos de classe e ideológicos aos quais, em essência, permanecia debitária.

O capítulo 7 é dedicado à análise crítica da proposição de objeto e método geográfico desenvolvido pelos “discípulos” de Vidal de La Blache que fazem avançar a perspectiva “possibilista” na ciência geográfica, estabelecendo um lugar de destaque absolutamente central para a “geografia francesa” (ou “Escola francesa de Geografia”) no século XX. Todo um séquito de importantes nomes da corrente da geografia fundada por Vidal de la Blache, e suas respectivas obras são arrolados ao longo do capítulo (tais como E. Demartonne; J. Brunhes; C. Vallaux; H. Baulig; R. Blanchard; J. Sion), que desdobram as proposições de Vidal de la Blache sob diversas direções e temáticas. O autor enfatiza neste capítulo o lugar de conceito-chave absolutamente central que essa orientação teórico-metodológica dispensou à região, fomentando uma perspectiva de análise que se tornaria majoritária por um largo período da disciplina ao longo do século XX, a saber, a Geografia Regional.

Essa orientação confluí com a “consagração” das monografias regionais enquanto um “modelo” de investigação de alcance amplíssimo na ciência geográfica, sendo, mesmo, o surgimento das especializações na Geografia, consideradas desdobramentos do modelo monográfico da Geografia Regional: a Geografia Agrária, respectivamente das monografias de regiões predominantemente agrárias; a Geografia Urbana, respectivamente do estudo das redes, hierarquia e funções citadinas; o mesmo se reproduzindo no caso de

especializações como a Geografia das Indústrias; do Comércio, etc. destacando-se, nesse sentido, a constituição de uma Geografia Econômica que, em função da diversidade da natureza dos elementos que articulava assumiu o caráter mais abrangente e generalizante derivado das especializações dos estudos regionais, desenvolvendo-se ao ponto de assumir uma autonomia no bojo do pensamento geográfico equivalente à Geografia Humana.

Dentre os discípulos de Vidal de La Blache, o autor destaca uma apreciação mais detida à obra de Max. Sorre, na medida em que a obra deste último teria representado um avanço substantivo, em termos de proposição teórico-metodológica, ao legado de seu mestre, representando uma retomada e avanço de suas teorias preservando os atributos essenciais (cf. pp. 90 – 93). As contribuições de M. Le Lannou e A. Cholley encerram à análise dos discípulos que representaram um desdobramento da obra de La Blache na Geografia Tradicional francesa. Ambos publicaram suas obras na década de 1950, o primeiro mantendo a acepção da ciência geográfica como uma ciência precipuamente regional, amplificando, por sua vez, o caráter humano (e mesmo social) contido em germe na obra de Vidal; o segundo, por sua vez, concebeu como objeto da disciplina as “combinações” (ou arranjos) existentes na superfície da Terra, interpretando a Geografia como uma “ciência dos complexos” tendo em vista a reintegração da unidade dos estudos nos domínios da Geografia Humana e Física.

Não obstante registre os avanços inequívocos derivados da Geografia Francesa fundada por Vidal de la Blache, notadamente aqueles que redimensionam a importância da ação humana, Antônio Carlos Robert Moraes não deixa de sublinhar a limitação maior dessa “escola”, a saber, o fato de os geógrafos ligados a essa perspectiva assumiram uma orientação voltada para o resultado da ação humana, preterindo os processos e relações sociais que engendram a produção social do espaço e permitiriam, assim, fazer à Geografia humana tradicional francesa divisar a condição de uma ciência social dotada de um viés epistemológico crítico-radical.

O capítulo 8 concentra-se, sobretudo, na análise crítica da concepção de objeto e método geográfico proposta por Richard Hartshorne, como uma via “Racionalista” (alternativa aos paradigmas *determinista* e *possibilista*) no contexto de emergência dos EUA como potência econômica, militar e cultural no período do pós-guerra, representando, assim, o primeiro grande momento de deslocamento do debate teórico-metodológico substantivo na ciência geográfica dos países europeus (Alemanha e França, sobretudo) para a América (EUA). A análise da contribuição de Hartshorne se debruça nos clássicos A

Natureza da Geografia, de 1939; e *Questões sobre a Natureza da Geografia*, publicado em 1959. Ainda integrando o perfil de obra característica da fase da Geografia Tradicional, a primeira diferença específica que Antonio Carlos Robert de Moraes aponta na proposta de Hartshorne em relação às demais orientações da fase tradicional da disciplina assenta-se no fato de que para o geógrafo norte-americano as ciências não se definem através da delimitação de um objeto que lhes seriam particulares, mas por métodos próprios. Assim, a identidade e especificidade da Geografia são decorrências de sua perspectiva (geográfica) de análise do real, que se efetivaria pelo modo com o qual esta disciplina caberia se dedicar ao estudo do “caráter variável das diferentes áreas da superfície da Terra”. Ou seja, Hartshorne concebia a Geografia como a ciência que estuda a “variação [ou diferenciação] de áreas” na Terra. Para tanto, os conceitos-chave formulados por Hartshorne para corresponder sua proposta são os de área e *integração* (cf. pp. 98); que, por sua vez, tornam-se operacionais através de dois encaminhamentos metodológicos complementares, designados *nomotético* e *idiográfico*.

A metodologia idiográfica corresponderia à análise singular (de um lugar único) e unitária (visando a apreensão dos vários elementos aí contidos), permitindo, assim, uma análise aprofundada do lugar pesquisado. A metodologia nomotética, por sua vez, corresponderia à busca por generalização e, para tanto, a análise se deteria na primeira integração dos mesmos fenômenos e na primeira modulação da integração, tendo em vista assimilar seu padrão para verificar sua manifestação em outros lugares – desta forma seria possível reconhecer um “padrão de variação” dos fenômenos tratados sob a via nomotética. Antonio Carlos R. de Moraes chama à atenção, por sua vez que, a despeito de divisar novos direcionamentos para a pesquisa em Geografia, a possibilidade de “análises tópicas” aberta pela perspectiva de uma Geografia Nomotética (tais como, por exemplo, uma Geografia do Petróleo; Geografia do Transporte Marítimo; ou Geografia do Café, etc), se revelou como um instrumento sobremodo útil aos interesses do planejamento e, através disso se imiscui toda uma carga de significação do conteúdo de classe e ideológico ao qual essa orientação da Geografia atenderia. A qualificação dos atributos básicos da proposta de Hartshorne e dos discípulos de Vidal de la Blache na França, são destacados como as expressões derradeiras da fase da Geografia Tradicional, o capítulo sendo encerrado com um saldo que amealha aspectos positivos e as limitações, notadamente de ordem teórico-metodológica, que se acentuavam nesse momento da ciência geográfica; constituindo-se, assim, no mote para introduzir as principais

razões que conduziram à crise e ao movimento de renovação da Geografia, considerados a partir do capítulo 9.

Sobre os capítulos de 9 a 11 – Das Causas do Movimento de Renovação da Geografia à qualificação dos Paradigmas da Geografia Pragmática e da Geografia Crítica

No **capítulo 9** são arroladas as principais razões que promoveram o *Movimento de Renovação da Geografia*, destacando-se os fatores internos à renovação da ciência geográfica - isto é, os problemas teórico-metodológicos da ciência geográfica que levaram ao limite à manutenção das proposições e métodos testados na fase da Geografia Tradicional (cf. pp 106); e os fatores externos, associados às profundas transformações da realidade social que se deram a partir de meados do século XX e tiveram papel decisivos nos rumos que conduziram a história no último quartel do século XX e à correlata intensificação do processo de globalização sob a égide do capital (cf. pp 104).

O **capítulo 10** é dedicado à análise crítica da *Geografia Pragmática*, considerada pelo autor como a vertente “conservadora” (ou burguesa) do *movimento de renovação da Geografia*. A Geografia Pragmática, na interpretação do autor, se efetuou através de propostas ou vertentes dotadas de diferenças entre si, a despeito da complementaridade que resguardariam. Dentre estas a primeira proposta de uma Geografia Pragmática se efetuou enquanto uma Geografia Quantitativa, agregando autores e contribuições que propunham (re)interpretar o temário geográfico através do recurso de métodos matemáticos.

Uma segunda orientação do viés *pragmático* assumiu a forma de uma Geografia Sistêmica (ou Modelística), em função da filiação dos autores que buscaram propor uma concepção da ciência geográfica amparada pela filiação à Teoria dos Sistemas, que permitiria a elaboração de modelos de análise para a Geografia, sob o entendimento de que “*Os modelos seriam representações das estruturas fundamentais da organização do espaço, assim, as articulações tidas como constantes em todos os casos singulares*” (MORAES, 2007, p. 112), permitindo, assim, à Geografia a explicação do “*geossistema*”, “*ecossistema*” ou “*sistemas de cidades*” em estudos regionais – a região, ela própria, redefinida na Geografia através da assimilação e influência da Teoria dos Sistemas.

Por fim, outra via da vertente pragmática na disciplina reuniu contribuições de geógrafos que buscaram compreender a percepção do espaço vivido pe-

los homens e o modo como reagem às condições do ambiente, encetando uma Geografia da Percepção ou Comportamental. Trata-se de uma proposição que, de acordo com o autor, foi elaborada por geógrafos que buscaram explicar uma dimensão subjetiva do território e do espaço vivido, recorrendo, para tanto, aos insumos teóricos advindos de psicologia, tais como as teorias behavioristas: a relação entre o comportamento do homem com o espaço urbano; espaços de lazer, a organização dos parques, os modos de representação do espaço em diferentes formas de organização social, etc.

A despeito de reconhecer as contribuições para a análise geográfica que as vias da Geografia Pragmática significaram, notadamente no que diz respeito ao arsenal metodológico, a apreciação quanto ao significado do conteúdo dessas vertentes, pelo autor, não deixa dúvida quanto à leitura crítica que lhes é dispensada: são vias que atendem a um propósito utilitarista, servindo à ação do planejamento, reduzindo o escopo da ciência geográfica à condição de um saber diretamente “operacionalizável” e à intervenção sobre à organização do espaço pelos agentes que detêm o poder para tanto. Nesse sentido, o autor termina por imputar à Geografia Pragmática o significado de uma “arma de dominação” à serviço do Estado e um instrumento ideológico a serviço das classes dominantes que detêm o poder numa sociedade capitalista. Enfim, a Geografia Pragmática corresponde à via conservadora do movimento de renovação da Geografia que, sob a “aura” do avanço do instrumental técnico-operacional que dispõe para a análise do espaço, dissimula a manutenção do compromisso de classe que vigorava na Geografia Tradicional. O reconhecimento dessas limitações se inserem no contexto de uma via alternativa com a qual, então, a partir da década de 1970, também se entreviu uma perspectiva para a renovação da Geografia, que corresponde à via da *Geografia crítica*.

O capítulo 11 é dedicado à exposição da *Geografia crítica*, vertente da renovação a qual o próprio autor do livro é expressamente filiado, como é possível entrever desde o próprio título da obra, “*Geografia, pequena história crítica*”. De acordo com o autor, o embrião da Geografia Crítica remete ao segmento mais progressista da Geografia Regional francesa, sendo ressaltado no livro o pioneirismo do geógrafo Jean Dresch, que promoveu uma aproximação da abordagem regional com a História e a Economia. Essa tendência de aproximação da geografia francesa ao viés de uma Geografia Crítica se manifestará, ainda de forma embrionária, porém com maior nitidez através da publicação do livro *Geografia Ativa*, de autoria de P. George, R. Guglielmo, B. Kaiser e Y. Lacoste. Tratava-se, contudo, de um embrião pouco

desenvolvido, porquanto, na formulação do autor, constituía uma *Geografia de denúncia*, isto é, na contribuição de autores e obras que eram dotados de uma “ética de esquerda” que, entretanto, permanecia debitária de uma epistemologia legada pela Geografia Tradicional.

Dentre os autores que são citados como referências que contribuíram para uma *Geografia de denúncia* o autor sublinha a contribuição de Lacoste no livro *Geografia do Subdesenvolvimento*; do brasileiro Josué de Castro com a obra *Geografia da Fome* e, sobretudo, uma gama significativa de publicações de Pierre George. No que concerne a obras que desempenharam um papel de marco para a gênese e desenvolvimento de uma *Geografia Crítica* torna-se indispensável trazer à tona o papel de destaque que o autor dispensa às contribuições de Milton Santos e Yves Lacoste. Este último em função da publicação de um livro insigne para a renovação crítica da disciplina: *A Geografia, isso serve, antes de tudo, para fazer a guerra*, publicado em 1976, é considerado pelo autor como o expoente que formulou a crítica mais radical à Geografia Tradicional, expondo o conhecimento geográfico até então produzido como instrumento de dominação das classes dominantes, imbuído de potencial prático e ideológico de amplo alcance, o que é suficiente para entender a razão pela qual o próprio Lacoste propunha conceber seu trabalho como “guerrilha epistemológica” através da Geografia. A contribuição de Milton Santos, por sua vez, é trazida à tona pelo autor porquanto exprime uma concepção mais “global”, no sentido de abrangente, no que diz respeito à proposta de uma proposição teórico-metodológica para amparar uma Geografia Crítica, notadamente com a publicação do livro *Por uma Geografia Nova*, dotado de um propósito de cunho teórico claramente normativo e propositivo.

Antônio Carlos Robert de Moraes sintetiza a proposição de M. Santos começando pela exposição da concepção do objeto da geografia formulado pelo referido autor, que propunha considerar a produção social do espaço como objeto precípuo e indispensável ao escopo de uma Geografia crítica epistemologicamente consistente, desdobrando, desde aí, a análise de atributos centrais da proposta de Milton Santos, caminhando-se para o desfecho do capítulo. Até lá, uma gama considerável de autores, publicações e atributos caros aos geógrafos que encamparam a via de uma *Geografia crítica* são perfilados, de forma tão condensada quanto arguta – e não seria possível perpassar a exposição desse conteúdo sem transgredir o escopo, limitado, de resenha do livro que caracteriza o presente texto.

Há, contudo, uma última observação, sob a forma de advertência: a “filiação” do livro “*Geografia, pequena história crítica*” à Geografia Crítica e a

palavra “crítica” evocada no título carregam, fundamentalmente, um significado de *método* – ou, de outra forma, de *perspectiva de problematização epistemológica*. Essa é a razão pela qual a revisão de toda a história da ciência geográfica anterior à constituição do paradigma da *Geografia Crítica* é duramente criticada pelo autor. Contudo, a “crítica” no interior da *Geografia Crítica* (como um paradigma da geografia) não é mero “*criticismo*”, não significa um comportamento meramente “*refratário*” obtuso às fases, paradigmas e autores precedentes da história do pensamento geográfico. A palavra “crítica” não é utilizada pelo autor no sentido coloquial com o qual ela é frequentemente empregada, mas ao contrário, é usada como uma “cifra”, um “código”, que aponta para um elemento propriamente epistemológico de problematização, a saber: a filiação filosófica que sustenta a proposta de uma *Geografia crítica* como *orientação (modelo)* para a produção do conhecimento científico em geral (e da ciência geográfica em particular). Nesse sentido, a despeito do caráter “datado” que inevitavelmente aplaca toda publicação cujo escopo é voltado à historiografia de uma ciência (uma ponderação que o próprio autor registrou em prefácio das diversas edições que o livro mereceu) concluímos o texto destacando que o fruto derivado entre a maneira consistente com a qual o autor lançou mão da filiação filosófica que traduz seu modo (método) de interpretação de mundo e os resultados que obteve ao passar em revista a historiografia da referida ciência – valendo-se, além disso, de uma capacidade de síntese notável – respondem pelo alcance e longevidade de sua contribuição.

A propósito do título, não obstante pareça “oportunista”, em função do apego à obra cinematográfica que merecidamente tem sido laureada e reconhecida internacionalmente, cumpre observar o que a sociedade brasileira sofreu desde o golpe que destitui uma presidenta legitimamente eleita e, na sequência, os anos de um governo que impôs ao país um retrocesso e obscurantismo que, de outra forma, seriam considerados inimagináveis em afronta à democracia. Esse dado da história recente revela, de modo oportuno, o quanto o sentido do livro aqui resenhado preserva uma atualidade insuspeita. Parabéns ao saudoso Professor Antônio Carlos Robert de Moraes, que contribuiu para que uma extensa geração de estudantes brasileiros em Geografia, sejam, a partir do seu livro (e de sua obra), bem orientados no que diz respeito à relação entre o significado de uma ciência crítica e a sociedade. ●

Notas finais

- I.** O presente trabalho foi desenvolvido como parte de uma pesquisa de mestrado que possui na análise da Geografia Crítica um de seus elementos centrais, não obstante integre um projeto de pesquisa mais amplo, que problematiza o tratamento dispensado por essa vertente à temática da ontologia do espaço nesta ciência. A escolha do livro para análise sob a forma de resenha reflete, fundamentalmente, sua relevância para a assimilação e difusão da Geografia Crítica no contexto da produção acadêmica/científica entre os geógrafos brasileiros, consistindo, assim, num exercício producente para os referidos projetos de pesquisa. Em relação ao caráter “datado” que um livro publicado há mais de 4 décadas que, numa perspectiva historiográfica, é dedicado à análise de elementos básicos da epistemologia da Geografia apresenta, sugerimos consultar o prefácio à 14^a edição de julho de 1995, no qual o autor expõe, então, seu entendimento sobre o significado que o livro cumpria, observando as limitações e êxitos da publicação no contexto da renovação crítica da pesquisa brasileira em geografia. Sugere-se, ainda, consultar o Posfácio à 20^a Edição (janeiro de 2005) para observar o modo com o qual o autor (re)considerou sua apreciação sobre a atualidade do livro em meados da década de 2000, tendo em vista os rumos que o estado da arte sobre o assunto então se encaminhava no Brasil. Um registro acerca do reconhecimento sobre o modo com o qual o livro tem preservado sua relevância, para além de uma publicação “datada” que remete à gênese da renovação crítica da geografia brasileira, pode ser aferido consultando-se os prefácios da 21^a edição (de 2007, com reimpressão em 2010) escritos por Manoel Fernandes de Sousa Neto e Wagner Costa Ribeiro.
- II.** Importante advertir que à associação ao surgimento do pensamento filosófico na Antiguidade Grega Clássica – por óbvio – e, mesmo, das modernas ciências europeias ao “ocidente” (ou o uso da palavra “ocidental”) não se faz aqui tendo em vista uma divisão geopolítica-cartográfica entre leste/oeste (o mesmo aplicando-se à distinção entre “norte-sul”), mas ao modo e experiência de pensar instaurado pela matriz civilizatória ocidental, da qual, na presente reflexão, não faz sentido considerar uma apologia de valoração positiva e/ou negativa; quanto, tampouco, de reduzir modos e experiências de pensamentos instaurados por outras matrizes civilizatórias pela “bitola” e padrões tributários da civilização ocidental.
- III.** Com essa indicação não se deve deduzir que a referida filiação filosófica encerre uma orientação monolítica, porquanto conheceu desdobramentos diversos em seu plano interno, além de confluências com diversas matrizes filosóficas. Tampouco deve-se deduzir que o autor do livro seja tributário de uma interpretação “ortodoxa”/monolítica do pensamento marxista, incólume à outras matrizes filosóficas, quando da produção do referido livro – e, acrescenta-se: muito menos deve-se supor que a eclosão da Geografia Crítica que ocorreu no bojo do movimento de renovação da disciplina na década de 1970 constitua uma vertente que foi única e exclusivamente marcada pela filiação ao pensamento marxista. Trata-se, contudo, de registrar que o materialismo histórico e dialético marxista exerceu o papel prevalente, enquanto método de interpretação, a partir do qual o autor imprimiu na produção do referido livro uma orientação consistente e amparada com coerência no que diz respeito à relação entre a produção do conhecimento de cariz teórico-epistemológico de um campo disciplinar específico (neste caso, a ciência geográfica) e o pensamento filosófico.
- IV.** Exemplos notáveis, a esse respeito, na bibliografia brasileira sobre epistemologia da Geografia são dois livros do geógrafo Paulo Cesar da Costa Gomes, “Geografia e Modernidade” no qual o autor cunha uma via de análise epistemológica assentada no reconhecimento de que a modernidade científica pode ser problematizada através da vigência de dois pólos epistemológicos, quais sejam, um polo racionalista e o polo das contracorrentes (ao racionalismo); e destaca-se também o livro “Quadros Geográficos”, – esse último marcadamente influenciado por uma filiação e interpretação contemporâneas à filosofia de Kant (embora não de modo exclusiva).
- V.** Uma advertência que, a princípio, pode parecer banal, mas que, no entanto, auxilia bastante no início do estudo sobre epistemologia da Geografia: trata-se de ter muita atenção com os adjetivos que qualificam a palavra Geografia. Assim, por exemplo, é imprescindível discernir o que adjetivos tais como Tradicional; Racionalista; Renovada; Pragmática (e/ou

Quantitativa); Crítica; Humanista; Pós-moderna; Humanística; Cultural; Cultural-Renovada; Pós-estruturalista, etc... designam quando são empregadas para qualificar um “tipo” (vertente e/ou “paradigma” da ciência geográfica). Usando esses casos, por exemplo, é indispensável saber contextualizar (no sentido de situar no âmbito da história do pensamento da ciência geográfica) o quê, em essência, está sendo referido quando à palavra (conceito) de Geografia é complementada por adjetivos tais como Geografia Tradicional; Geografia Racionalista; Geografia Pragmática (e/ou Quantitativa); Geografia Crítica; Geografia Pós-Moderna; Geografia Pós-Estruturalista, etc. Mas, atenção, essas “adjetivações” não são sempre consensuais. Registre-se que em determinados períodos da história da ciência geográfica elas sequer existiam ou, ainda, nasceram com uma variação significativa que foi bastante alterada ao longo do tempo; algumas dessas adjetivações foram criadas num período bastante recente e preservam, desde então, basicamente o mesmo significado; em alguns casos elas são objeto de debate bastante especializado – por exemplo, no caso da existência [ou inexistência] da diferença entre uma Geografia humanista e uma Geografia humanística). É de fundamental importância, pois, ter bastante atenção com o significado que cada autor (publicação) imputa às várias qualificações possíveis das mais diversas “Geografias”, para não supor que existam definições consensuais, nem, por outro lado, que na falta de consenso, inexista rigor no debate teórico (e epistemológico) interno à ciência geográfica. Nesse caso, via de regra, as polêmicas sinalizam antes uma riqueza e maturidade internas de uma disciplina científica do que, ao contrário, uma limitação.

VI. Não se trata da concepção do “espaço” como objeto da Geografia crítica-radical renovada, que promoveu uma renovação no próprio modo de concepção do espaço geográfico através da lógica da produção social (do real em sua integralidade) e, por extensão, da produção social do espaço geográfico. A acepção criticada pelo autor (Moraes; 2007 [1981]), remete, em sua gênese, ao espaço como questão Filosófica que teria fomentado três linhas de respostas “canônicas”: (a) o espaço como uma categoria do entendimento, inerente à toda forma de conhecimento; (b) o espaço como um atributo das “coisas”, “no sentido de que nada existiria sem ocupar um determinado espaço” – o que inviabilizaria, sob essa acepção, destacá-lo como objeto de uma disciplina específica, como no caso da Geografia; (c) o espaço como um “ente” (uma coisa) específica “do real” – essa última possibilidade de se problematizar o conceito de espaço, no âmbito do debate filosófico, foi apontada por Moraes como uma via que, então, nas últimas décadas do século XX, estaria alimentando o debate contemporâneo da discussão em Geografia, à reboque da vertente da Geografia Pragmática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia:** pequena história crítica. 21^a Ed. São Paulo: ANNABLUME, 2007. 152 p.

Artigo recebido em: 13/01/2025

Artigo aprovado em: 22/01/2025

Artigo publicado em: 22/01/2025

Esta obra adota a licença
Creative Commons CC-BY 4.0
Atribuição 4.0 Internacional

